

Entrevista com Igor Shimura por Rosa Aquino

Rosa Maria de Aquino³⁴

Igor Shimura³⁵

Esta entrevista tem como foco os povos ciganos. Povos? Sim, porque existem etnias diferentes com línguas e costumes diferentes. Repousa sobre eles, no entanto, um ponto de convergência: o preconceito de que são alvos. No Brasil, em Portugal, na Espanha ou alhures, atos de recusa se repetem. Contudo são povos que resistem. Pela forte tradição identitária que possuem, porque se organizam em associações representativas, porque se tornam estudiosos e pesquisadores deles próprios ou mesmo pelo surgimento de mais um militante para defender suas causas que passam pelo reconhecimento, pela inclusão social, dentre outras. De fato, preconceito, discriminação, recusa e muito desconhecimento de quem são esses povos permeiam as relações dos não ciganos com os ciganos.

Igor SHIMURA, nosso entrevistado, responde a partir de três lugares distintos que dialogam, criam um amálgama e lhe proporcionam um patamar privilegiado de análise: o de Mestre em Ciências Sociais, o de especialista em Antropologia Cultural e o de cigano. SHIMURA é o atual presidente da Associação Social de Apoio Integral aos Ciganos (ASAIC); foi diretor do Departamento de Igualdade Racial e Étnica (SNPIR/MMFDH) no Governo Federal. É mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), especialista em Antropologia Cultural pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e graduado em Teologia pela Faculdade Teológica Sul Americana (FTSA). É associado à Gypsy Lore Society (GLS) e à Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Professor em cursos de especialização no Centro Universitário de Anápolis e minicursos e palestras em faculdades e organizações.

AQUINO: Você é cigano, militante da causa cigana e desenvolve estudos sobre povos ciganos. No “Ser cigano: a identidade étnica em um acampamento Calon itinerante”, de 2017, já no início do livro, você conta como se descobriu cigano. Você pode resumir essa descoberta e o que mudou no seu cotidiano a partir dessa descoberta?

SHIMURA: Costumo dizer que me considero “brasileiro”, já que sou resultado de uma mistura étnica considerável. Situações dramáticas que meus pais biológicos vivenciaram na década de 1970 levaram minha mãe a me entregar para adoção aos seus patrões, que não podiam ter filhos por motivos de saúde. Minha mãe era uma pessoa simples do interior, descendente de indígenas e italianos, e meu pai era cigano. A família que me adotou tinha

34 Professora de Antropologia do DECISO, UFRPE.

35 Mestre em Ciências Sociais e presidente da Associação Social de Apoio Integral aos Ciganos (ASAIC).

uma mistura curiosa de orientais, indígenas, árabes e italianos. Meu pai adotivo era japonês, e minha mãe adotiva era descendente de indígenas, italianos e árabes.

Ao entender que eu não tinha uma única identidade étnica, como era o caso, por exemplo, de meus primos japoneses, fui despertado para compreender melhor quem eu era no aspecto étnico-racial. “De onde vem meu sangue”? “Qual é a minha cultura”? Isso me levou a buscar contato com cada um dos segmentos com os quais me identificava ou queria me identificar. Como desde pequeno tive um contato mais próximo da comunidade japonesa (por causa do meu pai adotivo), e eventualmente com italianos, na juventude a minha curiosidade se voltou para os grupos mais distantes de minha realidade: árabes, indígenas e, por fim, os ciganos. Fiz contato com essas culturas e aprendi com cada uma delas.

No caso dos ciganos fiquei muito tocado e inconformado ao perceber o grande preconceito e discriminação sob à qual estavam vivendo e me envolvi num nível muito grande. Eu não podia ver aquilo e ficar em silêncio e tomei a decisão de entender mais, pesquisar mais, e auxiliar na medida que me fosse possível. No início da juventude, período fértil para o envolvimento com “causas de vida”, pensei que minha mistura étnico-racial poderia, quem sabe, ser útil e contribuir para mediar diferentes universos.

AQUINO: Para além do parentesco consanguíneo que objetivamente identifica o/a cigano/a, a subjetividade também pode se fazer presente. Enquanto alguns autores defendem que não basta ser cigano/a, mas também ser reconhecido/a como tal, você explica o pertencimento identitário por meio do conceito de ciganidade, e usa a imagem do mosaico para uma melhor compreensão. O que significa essa ciganidade?

SHIMURA: No meu entendimento a ciganidade, como categoria analítica e fenômeno identitário, é extremamente complexa e de difícil definição. Seria imprudência de minha parte emitir um conceito fechado ou uma sentença definitiva, pois que certamente conflitaria com outras ideias, que evidentemente partem de outros ângulos, de outras particularidades, de diferentes autores, ciganos ou não, o que demonstra a natureza múltipla do fenômeno e do termo. De qualquer maneira, mesmo não conseguindo entender a ciganidade com clareza sob todos os ângulos, conseguimos perceber seus contornos. Sendo assim, ao meu ver, a ciganidade, rascunhadamente, se trata de um conjunto complexo que envolve um forte senso de pertencimento ancorado à origem biológica (consanguinidade/parentesco), elementos culturais localizados, a conexão comunitária virtual à uma comunidade global (os “ciganos no mundo”) e a identificação e interiorização de elementos de memória comum.

AQUINO: Diferentes etnias compõem os povos ciganos. No Brasil as mais conhecidas são a Calon, a Rom, a Sinti. Quais são as diferenças significativas entre essas etnias? Que outras etnias você destaca?

SHIMURA: No Brasil existem comunidades Calon e Rom. Até hoje ninguém mapeou e identificou nenhuma comunidade (um conjunto organizado de famílias) Sinti, Dom, Lom ou Banjaras, senão que há indivíduos e/ou pequenas famílias nucleares que os representam. Com exceção dos Lom (de origem armênia) conheci pessoas de todos esses segmentos em território brasileiro, que curiosamente, em geral, preferem não se expor publicamente como “ciganos”. Em oportunidades que tive de visitar outros países, como a Turquia, Romênia e Moldávia, conheci ciganos Lom e Dom, e diferentes subgrupos de Rom, pois nesses lugares existem comunidades organizadas desses povos.

AQUINO: Há grande curiosidade, sobretudo entre leigos, quanto à origem dos povos ciganos. Uma cigana com quem mantive contato em um rancho em Barra de Jangada (Jaboatão dos Guararapes/PE), disse simplesmente “somos rama do Egito”, ao ser indagada sobre suas origens. Como você sintetiza as narrativas mais aceitas tanto pelos povos ciganos quanto por estudiosos do tema?

SHIMURA: Esse é um assunto interessantíssimo! Particularmente estou convencido de que se os ciganos não são originários da Índia pelo menos estiveram lá por um longo tempo. Digo isso porque em minha especialização em antropologia cultural decidi estudar a religiosidade cigana Calon brasileira.

Há muitos anos aprendi a falar um pouco de hindi, através de um amigo indiano. Como falante de Chibi (Calon) lembro-me de ficar admirado com a semelhança entre o hindi e a Chibi. Muitas palavras são praticamente idênticas, mas anos antes disso eu já tinha observado a semelhança entre o vocábulo deva – do texto hindu Bhagavad gita – e o termo usado para Deus em Chibi. Ao me debruçar sobre o tema percebi que o sistema religioso notadamente sincrético dos Calon brasileiros é bastante semelhante ao hinduísmo, com nomes atualizados/substituídos por nomes do universo católico. Isso me intrigou e junto com amigos Calon evangélicos, católicos e muçulmanos fizemos uma pesquisa identificando o deus Calon como uma espécie de “deus plural”, multifaces, muito semelhante ao Brahman hindu, com poder encarnacional (Avatar) e que basicamente é o constituinte de toda e qualquer divindade. Diante disso (e dos estudos tradicionais da linguística) entendo essa relação originária “ciganos-Índia”, mas não descarto outras hipóteses, sobretudo as que sinalizam períodos anteriores à Índia, como a teoria da origem judaica, egípcia, suméria etc.

AQUINO: Quais são os ciclos migratórios dos povos ciganos para o Brasil? Existem momentos específicos que possam ser identificados de suas chegadas nestas terras?

SHIMURA: Essa pergunta tem sido respondida por alguns autores importantes que pesquisam ou pesquisaram a história cigana brasileira como recorte específico, como Rodrigo Teixeira, Débora Karpowicz, Brigitte Cairus, Marcos Toyansk etc. Teixeira, por

exemplo, questiona a informação, bastante difundida, de que os primeiros ciganos chegaram ao Brasil em 1574. O certo é que os primeiros ciganos que chegaram ao país são oriundos de Portugal e que os registros apontam que a deportação de ciganos portugueses ao Brasil só começou mesmo a partir de 1686. Depois disso há registros nos séculos XVIII e XIX. Fato é que muitos ciganos foram enviados ao Brasil, expulsos, cumprindo penas e sob forte discriminação e racismo europeu. Atualmente temos visto muitos ciganos europeus, especialmente ibéricos, circularem pelo país em busca de melhores condições de vida.

AQUINO: A recusa aos povos ciganos se manifesta por onde quer que eles circulem. Trata-se do que alguns autores intitulam ciganofobia? O que a caracteriza? Quais são as razões mais comuns para sua manifestação?

SHIMURA: Não sei se outra pessoa usa o termo ciganofobia, mas acredito que é um termo mais expressivo do que o “anticiganismo”. Usei pela primeira vez num documento que escrevi quando ainda trabalhava no Governo Federal e acredito que sua composição (cigano+fobia) é atual e expressa bem a recusa geral da sociedade ampla em relação aos ciganos. Ao pensar em ciganofobia logo me lembro da Lei 12.288 – o Estatuto da Igualdade Racial, no parágrafo único de seu artigo 1º, que define discriminação racial ou étnico-racial, e assim faço uma adaptação descritiva do termo. Nesse sentido Ciganofobia é toda exclusão, restrição ou distinção que se faça baseada na identidade cigana de um indivíduo ou de um conjunto de indivíduos de modo a restringir seu reconhecimento, gozo e exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.

AQUINO: Você inicia o artigo “Quantos ciganos vivem no Brasil”, de 2020, com a frase “Essa é uma pergunta que ninguém é capaz de responder, ainda!”. A que você atribui a invisibilidade dos povos ciganos? Quero lembrar, segundo o site <http://agenciaeconordeste.com.br/instituto-cigano-do-brasil-denuncia-ministro-da-educacao-por-crime-de-racismo-ao-stf/>, que em uma reunião ministerial, em 22/04/2020, o ex-Ministro da Educação fez o seguinte comentário: “odeio o termo ‘povos indígenas’, odeio esse termo. Odeio. O ‘povo cigano’. Só tem um povo nesse país...”.

SHIMURA: Pensando em nosso contexto político e social atual, considerando o sistema e mecanismos elitistas que regem os movimentos gerais da política brasileira, os ciganos que aqui nasceram e residem parecem ter sido “descartados” e categorizados como um segmento “sem importância”, sendo deixados em sua marginalidade histórica, fora “do radar” do Estado, tal qual párias de um sistema de castas.

É importante que se reconheça as limitações e dificuldades de articulação política dos poucos representantes ciganos que conseguem se aproximar do poder público, mas observamos

também que esse poder público desconhece totalmente as dinâmicas e realidades ciganas. A combinação desses pontos desenha um cenário de “invisibilidade”, isto é, a omissão do Estado e da sociedade em relação aos povos ciganos.

Não há dúvidas de que os estereótipos oriundos da Europa compõem essa situação, pois situam “os ciganos” negativamente tanto no campo de danos sociais como no de figuras caricatas sem relevância. Quando digo isso estou falando dos rótulos disseminados de ciganos tanto como “trapaceiros”, “parasitas sociais” e “marginais perigosos”, como de “dançarinos”, “feiticeiros” e “magos”. Isso me faz pensar que, se por um lado existe uma “invisibilidade” social que se evidencia pela omissão estatal, também existe certa “visibilidade” cultural, que caricatura “os ciganos” e os retrata como exóticos e figuras folclóricas. Em nenhum dos casos despertam a atenção dos Governos e da sociedade como um todo, senão de setores que atuam em pautas sociais voltadas para questões de igualdade e direitos.

Sobre a fala do então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, citando indígenas e ciganos, entendo que o que se revelou ali foi sua ignorância e preconceito associados à um pensamento mono-identitário que se remete à chamada democracia racial. Sua mentalidade alienada da alteridade dos povos e comunidades tradicionais que vivem no território nacional aponta para a realidade das forças que atuam para oprimir e assimilar identidades étnico-raciais no país. Ao que parece sua menção pejorativa ao termo “povos ciganos”, durante a reunião, teve a intenção de contrariar a fala da Ministra Damares Alves, que tem a pauta cigana em consideração.

AQUINO: Quais são as principais políticas públicas para os povos ciganos saírem da invisibilidade?

SHIMURA: Acredito que existe uma “invisibilidade” estrutural dos povos ciganos na sociedade brasileira e isso afeta inclusive o cenário de correlação entre grupos discriminados. Com isso quero dizer que os ciganos são evidentemente menos mencionados quando nos movimentos de combate ao preconceito, racismo e discriminação. Só um cigano pode reconhecer isso e afirmar isso com propriedade: é muito comum que os militantes que lutam em favor da igualdade racial esqueçam de incluir ciganos. Fala-se de igualdade racial e não de “igualdade étnico-racial”, um termo que está para além da questão raça/cor – o Censo Demográfico não reconhece “ciganos” como opção identitária, por isso cada indivíduo cigano, ao ser entrevistado pelo IBGE, se identifica de acordo principalmente com as opções preto, pardo – (negros) ou branco.

O cumprimento da Constituição Federal deveria ser o maior dispositivo de promoção de igualdade/equidade em relação aos ciganos brasileiros, no entanto, como a Carta Magna não

especifica esse grupo étnico, as políticas públicas “sob medidas” deveriam ser construídas com o objetivo de lhes garantir direitos básicos, a começar pelo combate ao preconceito e a discriminação, o direito à identidade étnico-racial e culturas, o acesso à terra etc.

Ao tratarmos de políticas públicas é necessário que consideremos a pluralidade sociocultural cigana, a saber, os grupos que são itinerantes, os sedentários, os que preservam costumes e tradições e os mais progressistas, integrados a sociedade nacional. Muitos ciganos reconhecem o idioma como elemento central da identidade, mas sofrem um processo assimilativo acelerado ao enviar os seus filhos para a escola comum, que ignora suas culturas e desestimula o uso da língua. O que fazer diante das inúmeras dificuldades que ciganos nômades ou itinerantes enfrentam para conseguir preservar sua cultura de mobilidade, quando são proibidos e/ou expulsos por prefeituras? As políticas públicas precisam ser construídas em sintonia com as reais necessidades desses povos e comunidades e isso significa que todas as áreas devem ser consideradas, desde a social à cultural.

AQUINO: O Brasil vive hoje a pandemia do COVID19 e as populações mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico são também as mais atingidas pelo vírus. O Ministério da Saúde, em parceria com a Associação Internacional Maylé Sara Kalí-AMSK/Brasil (BRASIL. Ministério da Saúde. Subsídios para o Cuidado à Saúde do Povo Cigano. Brasília: Ministério da Saúde, 2016), afirmam que os povos ciganos estão distribuídos por todos os estados da Federação brasileira, inclusive no Distrito Federal, os quais habitam “desde os endereços mais sofisticados até as periferias das grandes cidades”. De que modo os povos ciganos estão sendo cuidados pelo estado brasileiro diante dessa pandemia?

SHIMURA: Desde que surgiu, em 2003, via de regra, é a Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SNPIR) que se responsabiliza especificamente pela pauta dos Povos e Comunidades Tradicionais, dentre as quais os ciganos, dentro do Governo Federal. No início das medidas contra a disseminação do novo Coronavírus, no primeiro trimestre de 2020, o Governo Federal lançou orientações específicas (escrito e audiovisual) para as comunidades ciganas, principalmente as reconhecidas mais vulneráveis, em situação de itinerância. Somado a isso criou um grupo temporário de diálogo emergencial pelo aplicativo WhatsApp, que gerou uma reunião nacional em plataforma online. O auxílio financeiro de R\$ 600,00 também foi uma forma de socorrer os provedores de famílias das comunidades. Além dessas ações também entregou alimentos em uma comunidade no Distrito Federal e afirma manter a busca de caminhos para atender demandas relacionadas à questão de segurança alimentar para outras comunidades vulneráveis. No mês de abril atuou positivamente nos casos de expulsão ocorridos no Estado do Paraná, colaborando com as comunidades que foram vítimas de ciganofobia. Percebo boa vontade da atual gestão da SNPIR em atender ciganos, apesar dos costumeiros processos burocráticos e

baixo orçamento que marcam o momento dessa estrutura.